

Manuel Pizarro. De Bruxelas para "uma tarefa gigantesca" na Saúde

MINISTRO António Costa foi buscar um dirigente socialista, médico com experiência na gestão do SNS, para suceder a Marta Temido. Tomada de posse marcada para hoje ao final da tarde.

TEXTO **SUSETE FRANCISCO**



Dois vezes secretário de Estado, Manuel Pizarro assume aos 58 anos o cargo de ministro da Saúde, sucedendo a Marta Temido.

Manuel Pizarro toma hoje posse como ministro da Saúde, assumindo a tutela de um setor marcado por sucessivas crises, da falta de profissionais e défice de resposta aos utentes ao clima de crispção entre os vários agentes do setor. Uma "tarefa gigantesca" — nas palavras do antigo ministro Adalberto Campos Fernandes — que é agora entregue ao médico de 58 anos, antigo secretário de Estado e dirigente do PS/Porto.

Com esta nomeação, Manuel Pizarro deixa o lugar de deputado no Parlamento Europeu, para o qual foi eleito em 2019. "Regresso a Portugal cheio de determinação e vontade de trabalhar em defesa dos portugueses e do Serviço Nacional de Saúde", afirmou ontem, na Batalha (Leiria), à margem da Academia Socialista, onde deixou também uma mensagem de "homenagem e reconhecimento a Marta Temido pelo trabalho extraordinário que fez durante quatro anos".

O facto da escolha do novo ministro recair sobre um dirigente do PS foi ontem destacado em senti-

dos diametralmente opostos: por um lado, por levar para o cargo um peso político que Marta Temido não tinha no Governo; por outro, por ser uma nomeação saída do aparelho do PS, um sinal, para a oposição, das limitações do Executivo de António Costa.

O antigo ministro da Saúde, Adalberto Campos Fernandes, acentua o primeiro ponto. "Com perfis diferentes, havia duas boas soluções: Fernando Araújo e Manuel Pizarro. É uma boa escolha, tem uma grande força política, é médico e tem experiência, trabalho feito. Isso é essencial, não temos mais margem para falhar na Saúde", afirma ao DN o ministro que antecedeu Marta Temido, e que diz esperar de Pizarro um mandato

"num quadro de abertura, de diálogo com os profissionais, com os diferentes setores". Conhecida a nomeação, os diferentes setores reagiram a várias vozes. Para Miguel Guimarães, bastonário da Ordem dos Médicos, esta é uma "uma decisão sensata": o novo ministro "tecnicamente está preparado e politicamente tem

peso". "Dos vários candidatos que foram falados, provavelmente é aquele que tem mais peso político, ou seja, pode defender dentro do Conselho de Ministros aquilo que é a importância da Saúde para o país", disse à Lusa. Para a Associação Nacional dos Médicos de Saúde Pública, pela voz do presidente, Gustavo Tato Borges, esta é uma "boa solução de compromisso".

"Regresso a Portugal cheio de determinação e vontade de trabalhar em defesa dos portugueses e do Serviço Nacional de Saúde."

Manuel Pizarro
 Ministro da Saúde indigitado

Já Ana Rita Cavaco, bastonária da Ordem dos Enfermeiros, vê a nomeação com cautelas e sem expectativa. "É o terceiro ministro da Saúde nomeado desde 2016 e não esperamos nada", diz ao DN. "É um rosto conhecido de todos os enfermeiros" porque "em 2009 foi ele quem terminou com a carreira dos enfermeiros tal como se luta por ela agora, estruturada e que motivava os profissionais", sublinha. Por isso, há agora a "oportunidade para corrigir os erros que tomou no passado". Da parte da Ordem, conclui Ana Rita Cavaco, "o ministro pode esperar abertura para dialogar e negociar. Vamos esperar para ver."

Entre os partidos da oposição, o tom foi de crítica. A escolha mostra a "incapacidade de António Costa recrutar pessoas na sociedade. Já só consegue recrutar nos fervorosos dirigentes do PS", apontou o líder do PSD, Luís Montenegro. André Ventura, presidente do Chega, defendeu na RTP que o perfil "partidário" de Pizarro responsabiliza diretamente António Costa pelo que vier a suceder na Saúde. Para a Iniciativa Liberal, no Governo

"cabe sempre mais um fiel do aparelho do PS". À esquerda, o PCP desvalorizou a nomeação, defendendo que aquilo que faz a diferença são as políticas e que a prioridade tem de ir para o fim do "subfinanciamento crónico" do SNS. Catarina Martins, líder do BE, escreveu no Twitter que a alteração do ministro "não garante qualquer mudança" — "nada muda com a mesma política".

Um médico com um longo percurso político

Nascido em Coimbra em 1964, mas criado no Porto desde criança, Manuel Pizarro é licenciado em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, especialista em Medicina Interna, tendo participado na criação da Unidade de Cuidados Intermediários de Medicina do Hospital de S. João, da qual foi coordenador adjunto.

Já então com experiência na política autárquica no Porto, em 2005 foi eleito deputado à Assembleia da República. No Parlamento, para o qual voltaria a ser eleito nas duas legislaturas seguintes, integrou sempre a comissão parlamentar de Saúde. Em 2008 assumiu as funções de secretário de Estado da Saúde e, no segundo governo de José Sócrates, de Secretário de Estado Adjunto e da Saúde (em ambos os casos com Ana Jorge como ministra). Pelo seu gabinete passaram dossiers como a reforma dos cuidados de saúde primários, o alargamento do programa cheque dentista às crianças, ou a criação do Banco Público de células do cordão umbilical.

Figura cimeira do PS a norte, foi líder da concelhia portuense e é o líder da distrital do Porto, cargo que ocupa desde 2016. Foi duas vezes candidato derrotado à Câmara do Porto. Nome próximo de António Costa, a relação entre ambos sofreu algum atrito nas últimas eleições europeias, quando Pizarro foi colocado na nona posição nas listas ao Parlamento Europeu. Um lugar que à partida seria inelutável, mas que o PS acabou por eleger.

Ontem, ainda no Rio de Janeiro, Marcelo Rebelo de Sousa afirmou que o nome lhe foi proposto sexta-feira "quase ao fim da manhã". "Naturalmente aceitei", referiu o chefe de Estado, inserindo este passo no contexto mais abrangente da "regulamentação do Serviço Nacional de Saúde". Depois da aprovação, no Conselho de Ministros da passada quinta-feira, da nova direção executiva do SNS, Marcelo lembrou que analisará agora o decreto, que terá evoluído para "uma posição próxima" da que defendeu. Ou seja, a ideia de uma separação clara entre decisões políticas e uma gestão mais independente, mais autónoma (do SNS), através de outra instituição que não o ministério.

Com **RUI MIGUEL GODINHO**
 susete.francisco@dn.pt